

Interesse público e Jornalismo

Rogério Christofolletti

A pesar de pouco extensa, a bibliografia brasileira sobre ética jornalística já tem importantes contribuições aos estudos da área e à própria categoria. De Mario Erbolato a Eugênio Bucci, passando por Cláudio Abramo, Bernardo Kucinski e tantos outros, os trabalhos apontam para diferentes vertentes e não ficam circunscritos ao meio acadêmico.

O que se percebe é que os últimos vinte anos têm sido pródigos na produção de obras que se debruçam sobre a conduta dos jornalistas no exercício da profissão. Neste contexto, destaca-se, sem dúvida, a presença de Francisco José Castilhos Karam, seja com seu já largamente conhecido *Jornalismo, ética e liberdade* (Summus Editorial, 1997 e 2003, 2ª ed.) ou ainda com artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Agora, a chegada de *A ética jornalística e o interesse público* (pela mesma editora) reforça a relevância da produção de Karam, plena de rigor conceitual e de entusiasmo analítico.

Desta vez, o autor aponta seu olhar

para uma expressão tão evocada a torto e a direito que se dilui nos seus muitos sentidos: “interesse público”. Pois é em nome desse propósito que se equilibra também o jornalismo, e Karam trata desse quase-axioma tendo como suporte a Semiótica da Cultura. Conforme demonstra, cada vez mais, os acontecimentos são traduzidos pelo jornalismo, embalados por uma retórica eficaz e recheados de um cinismo atroz. Foi assim com a enxurrada de notícias carimbando a “ineficiência” do Banco do Brasil nos anos 90 e com discursos semelhantes que deram sustentáculo à campanha pela privatização de empresas como a Companhia Vale do Rio Doce, a Rede Ferroviária Federal e o sistema Telebrás. Um ambiente onde a retórica se mistura à sofística, onde emerge um cinismo ético que desorienta os padrões de conduta já sedimentados, e reescreve – de forma descarada! – o rótulo do “interesse público”. É como escreve o autor:

“...há casos em que o acontecimento vem num pacote de fatos ou declarações, a título de interesse público, em-

balado numa retórica eficaz e, do ponto de vista ética, subsumido em certo cinismo, que resulta em conseqüências bastante graves.” (p.50)

É sem perder esse cinismo de vista que o autor transita pelo noticiário nacional, esbarrando no massacre dos sem-terra em Eldorado de Carajás, ocorrido em 1996 no Pará, e tocando em assuntos que são muito recentes, e têm muita pertinência e prioridade nos debates nacionais, como as megafusões empresariais e a permanente tensão entre interesses privados e espaço público.

Elegante na condução do tema e bem fundamentado nos exemplos – que dão frescor à obra –, Karam opera no estreito trilho da denúncia desse cinismo subterrâneo, tentacular e contagiante. Seu ponto de partida é o entendimento de que o exercício ético do jornalismo ajuda a combater o chamado pensamento único, as sagazes estratégias retóricas e o cinismo. A luta política dos diferentes atores sociais se alimenta do jornalismo também para propor novas óticas e práticas. O cinismo denunciado escapa aos poros das empresas e da máquina pública, do cidadão comum e do engravatado. Focando o jornalismo, como negócio e atividade, Karam revela os interstícios desse “cinismo ético” e as suas formas de evidência. Numa delas, os proprietários de jornais produzem cartas de intenção à sociedade, defendendo a liberdade de expressão e o pleno acesso às informações por todos os cidadãos. Lindo. Legítimo. Não fossem outras também as práticas tecidas em bastidores.

Cinicamente éticos, os enunciados dos empresários não encontram correspondência nem na esfera prática nem na moral, e, portanto, pairam no ar, descoladas

**“Cinicamente éticos,
os enunciados
dos empresários
não encontram
correspondência nem
na esfera prática nem
na moral...”**

de qualquer aplicabilidade e de alguma crença efetiva de sua viabilidade. Assim, ao passo em que esbravejam por uma imprensa livre, os barões da imprensa muito cuidadosamente escanteiam fontes indesejadas de informação e selam as bocas dos funcionários quando as versões não são convenientes. Ao mesmo tempo em que os barões da imprensa alardeiam pela informação livre e de qualidade, sorrateiramente atenuam declarações que colidam contra seus interesses, e carregam nas tintas quando aquelas os favorecem. Evidentemente, esses traquinagens não são realizadas exclusivamente pelos barões. Eles contam com a serventia de alguns sabujos nas redações. A informação passa a ter dono. O processo comunicativo se vicia, pois passa pelos filtros e pelas garras (peludas e bem vestidas com punhos rendados) dos barões. E tudo se dá sob a mesma atmosfera de tranqüilidade que reina sobre a corte. Cinismo ético, caracteriza Karam.

É nesses processos que o autor identifica elementos que “menosprezam a referência da resistência política, da luta conseqüente e, também, do debate público de temas relevantes” (p.250). Isto é, lá se vão pelo ralo os reais interesses públicos. A lógica que domina e determina é a familiar, a paroquial, a feudal (com roupagem de transparência e boa governança).

É contra esse “cinismo ético” que se sustenta por risinhos baixos e postura de homem-de-bem que um jornalismo verdadeiramente ético se insurge e se contrapõe. E entenda-se aqui que um jornalismo verdadeiramente ético é aquele que encarna como real e permanente preocupação a satisfação do interesse público. Na lida diária, no cotidiano dos fechamentos das edições. É neste enfren-

tamento que o pensamento único pode esfarelar nas beiradas, que as estratégias discursivas podem se alquebrar, que o cinismo se revela. Aí, sim, jornalismo e jornalistas “contribuem para a formação de uma esfera pública mais qualificada e visível” (p.260). A missão se cumpre.

Como toda boa produção reflexiva, a teoria em *A ética jornalística e o interesse público* não está descolada da prática cotidiana, mas a alimenta com densidade e nitidez conceitual. A linguagem empregada por Karam é perceptivelmente mais elaborada que no livro anterior, o que poderia fazer supor que este lançamento não fosse indicado aos iniciantes. Neste caso, vale o empenho do leitor. Na verdade, *A ética jornalística e o interesse público* deve ser devorado por professores e alunos, por jornalistas e não-jornalistas. Sem pressa e com muito critério: com paradas estratégicas para olhar pelas janelas do mundo (as de casa, as telas das TVs e as páginas dos jornais).

Aos acadêmicos, a obra oferece um claro exemplo de como se pode produzir

conhecimento num campo tão intangível quanto o da ética. Para os jornalistas, o livro é essencial na articulação da análise de casos jornalísticos com a prática cotidiana. Já para os demais públicos, a obra auxilia – no mínimo – a reler o passado recente de forma mais equilibrada, facilitando também a respirar o presente sem as máscaras do cinismo e da retórica sofismática. Nos tempos atuais, isso já é muito.

Rogério Christofolletti

Rogério Christofolletti é doutor em Ciências da Comunicação pela USP, vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina e professor do Curso de Jornalismo da Univali.

Bibliografia

KARAM, F.J. K. *A Ética Jornalística e o Interesse Público*. São Paulo, Summus, 2004, 274 p. ISBN 85-323-0858-9.